

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei do Executivo nº 37/2024

Autor: Prefeito Municipal

Assunto: Autoriza o Executivo Municipal a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 59.403.800,00 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e três mil e oitocentos reais).

Relator: Rodrigo Marcel Coradin

PARECER DO RELATOR

Relatório

Trata-se do projeto de lei de autoria do Chefe do Executivo propondo a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 59.403.800,00 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e três mil e oitocentos reais).

A mensagem que encaminha a proposição informa que o objetivo da suplementação é a adequação das rubricas referentes às despesas relativas a pessoal, sendo 31.90.11 para vencimentos e vantagens, 31.90.13 para encargos de FGTS e INSS e 31.91.13 para encargos da Autarquia Colombo Previdência. Além destas, adequação das rubricas do transporte escolar, merenda escolar, segunda parte da obra da Escola Municipal Jardim das Graças, complemento da obra da Escola Rural Municipal Imbuial da Roseira, iluminação pública, coleta de lixo, sentenças judiciais e despesas com o repasse ao Pasep.

O Prefeito Municipal requereu que a matéria tramite em Regime de Urgência.

Análise

Os créditos adicionais são os mecanismos estabelecidos na legislação de finanças públicas para retificações do orçamento durante sua execução, visando reforçar suas dotações (*crédito suplementar*) ou atender as situações não previstas quando da sua elaboração (*crédito especial – que cria dotação ou projeto, atividade ou operação especial não prevista na lei orçamentária*).

A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, define que "são créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento."

Estes créditos, tanto suplementares, quanto especiais, são autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.

A Constituição da República dispõe no art. 167, inciso V, que: *São vedados: (...) V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;*

A Lei Orgânica de Colombo reproduz esta vedação no art. 113, inciso V¹.

Para a abertura destes créditos adicionais é necessária a existência de recursos disponíveis para atender à despesa e sempre deve haver prévia exposição justificativa (art. 43 da Lei Federal nº. 4.320/64).

A Lei Federal nº 4.320/64 prevê no § 1º do art. 43 os recursos que podem ser utilizados para acorrer à abertura dos créditos:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

O art. 2º do projeto de lei em exame dispõe que serão utilizados os recursos do superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior no valor de R\$ 20.060.000,00 (vinte milhões e sessenta mil reais); os provenientes de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 15.500.000,00 (quinze milhões e quinhentos mil reais); e os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de R\$ 23.843.800,00 (vinte e três milhões, oitocentos e quarenta e três mil e oitocentos reais).

A iniciativa para propositura de lei visando obter autorização para abertura de créditos adicionais é do Chefe do Poder Executivo, conforme previsto no art. 34, III e no art. 55, III e VII, ambos da Lei Orgânica do Município.

¹ COLOMBO. Lei Orgânica Municipal. Art. 113. São vedados: (...) V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

A análise do projeto deve ser feita pela Câmara com o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento:

Art. 114. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal na forma de seu Regimento Interno.

§ 1º Caberá à Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal:
I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas pelo Prefeito Municipal, anualmente;

Portanto, não há óbice legal ou constitucional para tramitação da matéria.

Como o Chefe do Executivo solicitou a tramitação em regime de urgência, o projeto de lei deve ser submetido à deliberação do Plenário no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, e para o cumprimento desse prazo podem ser dispensados 'exigências, interstícios ou formalidades regimentais, para que a proposição seja logo considerada até sua decisão final' (RI, art. 174).

O projeto de lei atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95/98, e a deliberação do Plenário não exige quórum qualificado, ou seja, a votação depende da maioria dos votos, estando presente a maioria absoluta dos Vereadores (RI, art. 95).

Conclusão

Portanto, conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal, nos artigos 55, inciso I, alínea 'd', 66 e 70, e demais dispositivos aplicáveis à espécie, **manifesto-me favoravelmente** à tramitação e aprovação do Projeto de Lei do Executivo nº 37/2024, pois após análise de seu conteúdo, conclui-se que o projeto atende a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e está em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64.

Colombo, 04 de setembro de 2024

RODRIGO MARCEL CORADIN
Relator